



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00091.017628/2021-13

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Agência Brasileira de Inteligência - ABIN conta, hoje, com dois contratos distintos de abastecimento de combustível dos veículos oficiais, um para Brasília e outro para as superintendências estaduais. Na SEDE, em Brasília, a contratação é da empresa REDE SOL, que abastece o Posto de Combustível no complexo em Brasília, por meio da Ata de Registro de Preços nº 469/2021, do Pregão Eletrônico nº 07/2021, com o propósito de disponibilizar os combustíveis gasolina e diesel para que os agentes públicos (condutores) possam abastecer os veículos oficiais na SEDE. Nas superintendências estaduais, o abastecimento é realizado via cartão "vale card" nos postos de combustíveis credenciados junto à empresa TRIVALE, por meio do Contrato nº 513/2020/ABIN/GSI/PR, para serviços de gerenciamento e controle de abastecimento da frota de veículos.

1.2. A ABIN possui 289 veículos oficiais, sendo que 171 estão em Brasília e 118 nas superintendências estaduais. Os veículos oficiais da ABIN são utilizados para atender demanda de transporte de pessoal e de carga da instituição, atendendo à diversas finalidades. Informa-se que aproximadamente 68% do combustível consumido em Brasília é para atender demanda de transporte de pessoal e/ou de carga que não poderia ser realizado por TáxiGov, por envolver questões de sigilo, instruções em curso da escola, segurança institucional, condução de autoridades e delegações estrangeiras, realização de transporte de pessoal por van e ônibus, transporte de carga interno com mudanças, etc. Os demais 32%, aproximadamente, são para atendimento de transporte que possui característica de administrativo e que podem ser atendidos pelo TáxiGov, sendo que já estão em processo de substituição para esse serviço.

1.3. Hodiernamente, utilizam-se 3 (três) modalidades de transporte de pessoal em Brasília: veículo próprio, veículo locado e TáxiGov. Os veículos próprios e locados são abastecidos de combustível via contrato da ABIN. Já o TáxiGov não há a necessidade de abastecimento pela ABIN, pois o serviço já inclui esse item.

1.4. Considerando as três modalidades de transporte, houve a redução, inicialmente, de 9% da frota própria de veículos da ABIN, conforme o Processo nº 00091.003319/2021-58 (Desfazimento de veículos na sede). Em complemento à redução da frota própria de veículos, houve o incremento do serviço de locação veicular e ainda a implantação de novos geradores de energia elétrica.

1.5. Assim, a demanda de consumo de combustível, em Brasília, aumentará consideravelmente, haja vista que será necessário combustível para a frota própria de veículos novos, uma vez que haverá maior estímulo às demandas de transporte, por parte dos usuários, que irão utilizar mais os veículos tendo em vista a característica de serem novos, contarão com maior tecnologia embarcada, itens modernos de segurança, além de pouca probabilidade de pane. Tudo isso somado com

os veículos alugados, que possuem seguro veicular e que irão atender às demandas de transporte que não são considerados administrativos e demanda de transporte interno.

1.6. Quanto à estimativa de consumo:

1.6.1. Em Brasília, há previsão de consumo anual, por parte de 5 (cinco) geradores antigos já instalados no complexo da ABIN, de 4.419 litros de Óleo Diesel (SEI nº 0541688), que garantem a energia elétrica em caso pane no sistema, oriunda de fontes externas. Ainda, segundo informações da Coordenação de Obras e Engenharia, novos geradores serão instalados no decorrer do corrente ano, com previsão de utilização anual, após o início do trabalho de todos os equipamentos novos, de 8.010 litros de Óleo Diesel, em 2023. Assim, o somatório da estimativa do consumo dos equipamentos antigos e dos novos totalizam em 12.429 litros anuais (SEI nº 0541690), para 2023. Os geradores possuem motores estacionários e armazenam combustíveis por longos períodos de tempo e de acordo com as características apresentadas abaixo e embasadas no *e-mail* da COENG (0541942), responsável pela operação dos mesmos, os equipamentos podem ser abastecidos tanto com o combustível Óleo Diesel S-10, quanto com o Óleo Diesel S-500.

1.6.1.1. Destaca-se que o óleo diesel S-500 é assim chamado por conter 500mg/kg ou ppm (partes por milhão) de teor máximo de enxofre, sendo conhecido nos postos como diesel comum; possui prazo de validade médio de quatro meses.

1.6.1.2. Já o **Diesel S10**, que é consumido pelos veículos novos e locados na SEDE, traz em sua composição uma adição de 8% de Biodiesel e teor de enxofre máximo de 10 mg/kg, visando reduzir ao máximo a emissão de partículas nocivas na atmosfera e, consecutivamente, causar menos danos ao meio ambiente. Seu nível de cetano é registrado em 48, contra 42 do Diesel S-500. Outro fator de extrema importância é sua capacidade solvente de sujeiras, devido a presença maior de hidrogênio, apresentando melhor desempenho. Pode ser armazenado sem giro por dois meses.

1.6.1.3. A ABIN vem, cada vez mais, se preocupando com a qualidade do ar e a sustentabilidade ambiental (Plano de Logística Sustentável da ABIN- doc SEI nº 0524240), principalmente, com os impactos de determinadas substâncias na atmosfera e na natureza. Assim, a ABIN adota a aquisição, desde 2021, de óleo diesel com baixo teor de enxofre como medida de minimização das emissões de gases de efeito estufa.

1.6.2. Considerando as vantagens ambientais do diesel S-10; a possibilidade de utilização deste em todos os veículos, enquanto o diesel S-500 não é recomendado aos automóveis produzidos após primeiro de janeiro de 2012; e o seu melhor desempenho, optou-se pela aquisição de Óleo Diesel S-10, ainda que este também possua desvantagens frente à outra opção, quanto ao valor. De toda forma, o S-10 é adequado quanto ao quesito de sustentabilidade ambiental.

1.6.3. Ainda, a previsão de aumento de consumo de combustível, em Brasília, é inerente também à nova modalidade de transporte, por conta da modernização dos meios de transporte na ABIN, por meio de locação de veículos, como pode ser observado no processo SEI nº 00091.005816/2020-18, que tem como propósito atender as demandas de transporte para atividade finalística do órgão, por meio de ações sensíveis e inopinadas. Frisa-se que a modalidade de transporte de locação veicular consumiu, em 2021, aproximadamente, 1.275 litros de gasolina (equivalente a aproximadamente 5% do consumo anual) e 408 litros de óleo diesel S10 (equivalente a aproximadamente 3% do consumo anual), conforme Apêndice (0522439).

1.6.4. Destarte, a DIVTRAN, como gestora dos meios de transporte na ABIN, possui regimentalmente a missão de disponibilizar os meios para a devida manutenção e funcionamento das modalidades de transporte. Nesse sentido, para a estimativa de combustível a ser contratado, utiliza-se de histórico de consumo dos anos anteriores (0522439) somado a percentual que

representa margem de segurança, para que a ABIN possua quantidade razoável de combustível para atender suas necessidades. O incremento de percentual de margem de segurança não configura aumento de gasto público de forma desnecessária, nem gera prejuízos à Administração, pois esta contratação é por demanda, havendo a aquisição apenas se houver a necessidade e o incremento será consumido se a demanda realmente acontecer. Assim, a previsão da margem de segurança é uma medida de planejamento da Administração, considerando a gestão de riscos, com o intuito de assegurar uma reserva técnica, caso novos fatos surjam e ensejem o aumento do consumo de combustível.

## **2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:**

2.1.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005. São itens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente.

2.1.2. As características, especificações e quantidades do combustível pretendido são detalhados no Termo de Referência.

### **2.2. Devem ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade:**

2.2.1. Observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.2.2. Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

2.2.2.1. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;

2.2.2.2. Fornecer produtos e combustíveis de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO.

2.2.2.3. Utilizar materiais preferencialmente reciclados e na impossibilidade desses, materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agredam o meio ambiente;

2.2.2.4. Descartar a utilização de materiais cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora;

2.2.2.5. Utilizar, preferencialmente, materiais cujos fornecedores ou fabricantes evidenciem o uso racional da água, inclusive a sua reutilização após tratamento;

2.2.2.6. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03;

2.2.2.7. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02,

Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09;

2.2.2.8. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

2.2.2.9. Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que se fizerem necessários para a execução de serviços, tais como: capacete, protetor auricular, protetor facial, óculos de segurança, máscara antipoeira e gases, luvas, aventais, etc., bem como se houver a necessidade, dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's);

2.2.2.10. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis;

2.2.2.11. Observar o disposto na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013;

2.3. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

### 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Para o levantamento do mercado, observou-se contratações similares com outros órgãos em pesquisa no Painel de Preços conforme telas anexas (SEI nº 0529867, 0529874 e 0530386), mas não se observou a mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na atual forma de contratação, razão pela qual deve ser repetido o modelo já vigente e comum para este tipo de contratação.

3.2. Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

3.3. As soluções disponíveis no mercado são amplas, pois trata-se de bem comum e abundante no mercado que, no entanto, é marcadamente padronizado, de modo que o tipo de solução disponível foi obtido por meio de pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal. A pesquisa de preços se deu por meio do Painel de Preços; da procura por contratações e Atas de Registro de Preços de outros órgãos, utilizando-se do *site* compras governamentais; e por pesquisa no site da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

3.4. A pesquisa teve como parâmetros os indicados na IN Seges/ME nº 73/2020, buscando contratações em execução ou concluídas nos últimos 360 (trezentos e sessenta) dias anteriores às da pesquisa de preços, concluída em 10/02/2022, e cujo objeto adquirido seja similar ao pretendido pela ABIN.

3.5. A ANP realiza a síntese dos preços praticados pelo mercado, por meio do sistema de levantamento de preços, obtendo-se o preço médio, desvio padrão, preço mínimo e preço máximo, como apresentado nas sínteses para o Diesel (0623454) e para a Gasolina (0623452). Dessa forma, não há margem para melhor preço, e o objeto de **disputa** será a **maior taxa de desconto oferecida**, que será aplicada sobre o valor do combustível requisitado, conforme as contratações encontradas:

3.5.1. O Item 1, óleo diesel, tem taxa de desconto média, conforme contratações apresentadas, por meio de pesquisa de preços, de 0,4300%.

3.5.2. O Item 2, gasolina, tem taxa de desconto média, conforme contratações apresentadas, por meio de pesquisa de preços, de 0,4300%.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. O objeto proposto pela Administração é de contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis e derivados de petróleo, por demanda, para o atendimento das necessidades da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em Brasília-DF, para o cumprimento de sua missão institucional, cuja finalidade e resultado final é o deslocamento de pessoas e transporte de materiais.

4.2. O pagamento será realizado por demanda, sendo assim, se não houver consumo, não haverá pagamento à contratada. A aquisição será por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, tendo em vista o que preconiza o art. 15, inciso II, da Lei 8.666/1993, que determina que as compras efetuadas pela administração pública devem, sempre que possível, "ser processadas através de sistema de registro de preços" e tem como vantagens, dentre outras, tornar ágeis as contratações e evitar a necessidade de formação de estoques pelos órgãos e entidades públicos, além de proporcionar transparência quanto aos preços pagos pela administração pelos bens e serviços que adquire frequentemente, de acordo com o Art 3º, incisos I e II, do Decreto nº 7.892/13, uma vez que há necessidade de contratações frequentes das mercadorias (inciso I do art. 3º do referido decreto) e que a aquisição dos bens será realizada por meio de entregas parceladas e quantidades estimadas (inciso II do art. 3º do citado decreto).

4.2.1. A entrega do combustível será na Sede da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, situada na cidade de Brasília-DF:

4.2.1.1. Deverá ser emitida nota de faturamento em nome da ABIN e nota de simples remessa para o local de entrega.

4.2.2. As condições de assistência técnica:

4.2.2.1. A contratada, no momento da entrega do objeto, deverá apresentar laudo, atestado ou documento similar que comprove a conformidade e qualidade do objeto, para fins de garantia, de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).

4.2.3. Peculiaridades do objeto e da contratação, constarão nas especificações técnicas e no processo.

#### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. Para a estimativa das quantidades, foi adotado o seguinte método: Tomou-se como base o consumo histórico de combustíveis em períodos distintos. Assim, tem-se o consumo realizado nos últimos 36 (trinta e seis) meses, conforme APÊNDICE B (0522439), que compreende o período anterior e ao longo da Pandemia de COVID-19. Percebe-se que de acordo com tabela de consumo de combustíveis, os índices históricos diminuíram, o que ainda não condiz com a realidade do cenário de anos anteriores à pandemia de COVID-19, que é baseado no ano de 2019. Dado isso, houve considerável acréscimo no consumo, devido às medidas de retomada e tomou-se como metodologia a média histórica de consumo realizado nos últimos três anos, quais sejam 2019, 2020 e 2021.

5.1.1. Analisando-se o consumo de gasolina dos últimos três anos, obtém-se uma média anual histórica de 29.491 litros.

5.1.2. Quanto ao consumo de Óleo Diesel, com base nos últimos três anos, obtém-se uma média anual histórica de 14.676 litros. Contudo, considerando que deve ser somada a estimativa de utilização dos geradores a novos a serem instalados no corrente ano, conforme informado pela COENG no documento SEI nº 0541690 e mencionado no item 1.6.1, tem-se a previsão de consumo de 22.686 litros de Óleo Diesel.

5.2. Por conseguinte, para alcançar os valores necessários, foram considerados os quantitativos em litros relacionados acima com acréscimos de aproximadamente 35% para a gasolina e de 32% para o óleo diesel, justificando-se através da identificação de variáveis distintas tais, como: aumento de consumo por causa da utilização dos veículos novos, oriundos do projeto de modernização dos meios de transporte da ABIN, considerando que os veículos novos possuem características que fomentam o maior uso; aumento de consumo de combustível, em Brasília, inerente também à nova modalidade de transporte, por meio de locação de veículos, como pode ser observado no processo SEI nº 00091.005816/2020-18, que tem como propósito atender as demandas de transporte para atividade finalística do órgão, por meio de ações sensíveis e inopinadas; aumento das atividades presenciais à medida em que os esforços para contenção da Pandemia de COVID-19 surtem efeito e o número de infectados diminui. Frisa-se, como citado anteriormente no item 1.6.2, que a modalidade de transporte de locação veicular consumiu, em 2021, durante os primeiros 7 (sete) meses de execução do contrato, aproximadamente 1.275 litros de gasolina (equivalente a 5% do consumo anual) e 408 litros de óleo diesel (equivalente a 3% do consumo anual), conforme Apêndice B (0522439). Por isso, considera-se um acréscimo de consumo de combustível, e no segundo ano do contrato de locação veicular, acompanhar-se-á a evolução desse consumo, situação em que serão realizados os devidos ajustes nas próximas contratações, por meio da evolução do consumo efetivo.

5.3. Para a margem de segurança, foram consideradas as seguintes variáveis:

5.3.1. elevação dos pedidos de transporte de caráter sensível, sendo utilizado por meio da frota nova de veículos ou pelos veículos locados; e

5.3.2. quando da necessidade de utilizar os geradores, em caso de falta de fornecimento de energia elétrica regular, para óleo diesel.

5.4. Considera-se, portanto, que é viável a previsão de margem de segurança, pois não configura prejuízo à Administração, haja vista que a aquisição ocorrerá assim que surgir necessidade, sendo que o pagamento só ocorrerá se houver o devido consumo, pois o fornecimento é por demanda.

5.5. Os valores finais foram arredondados para representarem múltiplos das requisições mínimas, devido às restrições logísticas de entrega dos caminhões fornecedores.

5.6. Dessa forma, a quantidade estimada é de 30.000 litros para óleo diesel e 40.000 litros para gasolina comum.

5.7. No contrato, não há necessidade de outros materiais específicos acessórios ou suporte cuja previsibilidade não é possível antes da contratação.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

6.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto ofertado, será de R\$ 520.580,00 (quinhentos e vinte mil quinhentos e oitenta reais), conforme APÊNDICE (0623492) e item 1.1 do Termo de Referência (0622744).

6.2. Para composição do preço, foi elaborada planilha com quadro comparativo de preços pesquisados, em conformidade às regras estabelecidas na IN nº 73/2020/ME.

6.3. Os preços foram analisados de forma crítica e rigorosa e comparados com as necessidades da contratação, tal como especificação, quantitativo, local e prazo de entrega. Descartou-se os preços inexequíveis, os excessivamente elevados e os incompatíveis com a contratação.

## **7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

7.1. Analisando-se as características da contratação e levando-se em consideração o mercado fornecedor, observa-se que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala e com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Pode-se citar como contratação correlata a referente à contratação de prestação de serviços de gerenciamento e controle de abastecimento da frota veicular nas superintendências, por meio do Contrato nº 513/2020/ABIN/GSI/PR, conforme processo SEI nº 00091.000681/2019-52.

8.2. Quanto às demais contratações correlatas, seguem:

- a) Locação veicular: processo SEI nº 00091.005816/2020-18;
- b) Aquisição de veículos: processo SEI nº 00091.001150/2020-11;
- c) Adesão ao serviço TáxiGov: processo SEI nº 00091.108245/2019-21; e
- d) Aquisição de combustíveis por compra (2021): processo SEI nº 00091.011244/2020-06.

8.3. Ressalta-se que as contratações mencionadas não são excludentes, pois se tratam de diferentes modalidades de transporte que se complementam, cada uma atendendo a uma respectiva demanda, de forma específica e conforme a aderência e necessidade de cada atividade a ser atendida, tanto da atividade administrativa quanto da operacional desenvolvidas pela Agência Brasileira de Inteligência.

## 9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

9.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Institucional 2022-2026 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, por meio do(s) objetivo(s) estratégico(s) no qual visa promover o uso eficiente de recursos orçamentários e financeiros disponibilizados.

9.2. A presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) - da ABIN para o ano de 2022, nos itens 281 para a Gasolina e 282 para o Óleo diesel..

9.3. A despesa referente à aquisição consta no POA 2022 com Código da Ação K001.32, com descrição da ação POA "manter a infraestrutura administrativa da Sede e das Superintendências Estaduais".

9.4. A contratação está amparada no Plano de Logística Sustentável da ABIN (0524240), que prevê compras sustentáveis, considerando as normas atuais sobre o meio ambiente, como segue:

9.4.1. Foi verificada a aderência da referida aquisição com os pressupostos do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU (0524252), no que se refere à aquisição de combustíveis, considerando os itens referente ao respeito ao meio ambiente e critérios de sustentabilidade. Segue em alinhamento com a Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P e os pressupostos básicos necessários para uma gestão mais sustentável e responsável ambientalmente, conforme extrato do Programa A3P (0525969).

9.4.2. Quanto ao combustível óleo diesel, como citado anteriormente, há no mercado dois tipos, o S-500 e o S-10. O S-500 refere-se ao combustível mais utilizado e mais barato, pois possui, em sua composição, 500 partes de enxofre por milhão. Por outro lado, o S-10 refere-se a 10 partes por milhão, possui 8% de biodiesel em sua composição, reduz a emissão de óxido de nitrogênio em até 98% e a de enxofre e de outras em até 80%. Todas essas substâncias são altamente poluentes para a atmosfera, podendo causar chuva ácida, além de problemas de saúde como doenças respiratórias.

9.4.3. Considerando as vantagens ambientais do diesel S-10; a possibilidade de utilização deste em todos os veículos, enquanto o diesel s-500 não é recomendado aos automóveis produzidos após primeiro de janeiro de 2012; e o seu melhor desempenho, optou-se pela aquisição de Óleo Diesel S-10, ainda que este também possua desvantagens frente à outra opção.

9.5. Por fim, com o intuito de adotar práticas de sustentabilidade na execução do contrato de aquisição de combustível, haverá ações de sensibilização aos usuários diretos e indiretos do objeto desta

contratação. No mesmo sentido, a sensibilização quanto à escolha do melhor meio de transporte que atenda a necessidade da missão, considerando as idiosincrasias da atividade, conjugando com o que seja mais econômico e que gere um menor impacto ao meio ambiente.

#### 10. **RESULTADOS PRETENDIDO**

10.1. Os benefícios a serem obtidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis diretos a serem obtidos são:

10.1.1. Benefícios diretos: abastecimento dos geradores, veículos próprios e locados na ABIN, suprimindo necessidade de abastecimento na SEDE, em Brasília;

10.1.2. Benefícios indiretos: desnecessidade de contratações paralelas para abastecimento dos veículos da frota da ABIN;

10.1.3. Impactos ambientais positivos: considerando a obrigatoriedade de seguimento das práticas sustentáveis previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os impactos são aqueles nela descritos; e

10.1.4. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade: a disponibilização de combustível para atendimento dos transportes de pessoal viabiliza o desenvolvimento de ações internas e externas para a consecução do Planejamento Estratégico da ABIN, auxiliando no atingimento dos objetivos institucionais.

#### 11. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

11.1. Não houve a necessidade de adequação do ambiente do órgão, na medida em que a aquisição não impacta na estrutura física, elétrica, hidráulica e ambiental do órgão.

#### 12. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Os impactos ambientais mais comuns ligados aos postos de combustíveis podem ser divididos em três classificações:

12.1.1. Contato direto / vazamento de gases: a contaminação humana pode ocorrer pela via dermal, via respiratória e via oral.

12.1.2. Vazamentos / Derrames: os impactos ambientais que as atividades dos postos de serviços podem ocasionar é a contaminação do solo através de derramamentos de combustíveis de armazenamento enterrados no solo, que dependendo da gravidade e da característica do solo pode atingir os lençóis freáticos ocasionando a contaminação da vizinhança através dos poços, que na maioria das vezes são usados como fonte de abastecimento de água das pessoas.

12.1.3. Incêndio: um dos impactos ambientais causados pelas atividades dos postos de distribuição de combustíveis são os efeitos causados pelos incêndios, que quando ocorrem são bastante prejudiciais aos funcionários, servidores e vizinhança, podendo causar vítimas fatais. Diante destes perigos, alguns cuidados devem ser tomados no manuseio dos produtos de petróleo, visando evitar incêndios e riscos às pessoas.

12.2. Como medidas mitigadoras, buscando sanar os riscos ambientais existentes, a empresa contratada deverá buscar a adequação de treinamento de pessoal visando atenção às regras vigentes, manutenção, cumprimento dos processos de gestão ambiental e desenvolvimento de planos de emergências. E ainda, fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que se fizerem necessários para a execução de serviços, tais como: capacete, protetor auricular, protetor facial, óculos de segurança, máscara antipoeira e gases, luvas, aventais, etc., bem como se houver a



necessidade, dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's);

12.3. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis;

12.4. Observar o disposto na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013;

13. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

13.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Brasília-DF, 30 de maio de 2022.

Integrante Administrativo do Planejamento da Contratação  
DIVTRAN/COSERGE/CGAD/DAL

Integrante Administrativo do Planejamento da Contratação  
DIVTRAN/COSERGE/CGAD/DAL

Integrante Requisitante do Planejamento da Contratação  
Chefe da Divisão de Transporte e Oficina  
DIVTRAN/COSERGE/CGAD/DAL

Documento assinado eletronicamente

---

Referência: Processo nº 00091.017628/2021-13

SEI nº 0638339

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -